

ÍNDICE

1. Memória descritiva e justificativa 2

1.1. Objetivo 2

1.2. Missão 2

1.3. Espaços a manter 2

1.4. Descrição de equipamento a colocar na exploração do quiosque 3

2. Declaração de Aceitação (de acordo com o anexo I do Código dos Contratos Públicos) 3

1. Memória descritiva e justificativa

1.1. Objetivo

O objetivo da exploração do quiosque da Praça Dr. António Breda é a venda e apoio aos munícipes de Águeda nas seguintes categorias: periódicos (jornais, revistas, etc.); material escolar diverso; produtos alimentares pré-embalados; gelados.

Uma vez que a sua localização é próxima de uma escola não serão vendidos quaisquer tipos de produtos não permitidos a menores de idade, nomeadamente, bebidas alcoólicas, revistas para adultos e tabaco.

1.2. Missão

A exploração de quiosque tem por missão criar um posto de trabalho para um desempregado de longo prazo do concelho de Águeda que não usufrua de qualquer subsídio.

1.3. Espaços a manter

I. Quiosque

Manter em bom estado de conservação e limpeza o quiosque, o qual será restituído em perfeito estado no respetivo termo do Caderno de Encargos.

Assegurar o pagamento de todas as despesas geradas pelo funcionamento do quiosque, designadamente as respeitantes aos pagamentos da luz, telefone e outros serviços essenciais

II. Instalações sanitárias

Assegurar a utilização pública das instalações sanitárias, a sua limpeza, manutenção, incluindo o fornecimento de todos os consumíveis necessários para a sua utilização pelo público durante o horário de funcionamento.

III. Área de manutenção

Assegurar a manutenção de todos os espaços verdes (A, B, C) de acordo com anexo III – Normas de manutenção dos espaços verdes do Caderno de Encargos.

IV. Espaço Multimédia

Assegurar a limpeza do espaço e reportar eventuais anomalias que surjam (de acordo com a informação em Ata 6 – Aceitação da lista de erros e omissões).

1.4. Descrição de equipamento a colocar na exploração do quiosque

Instalar todo o equipamento necessário para o bom funcionamento do quiosque de acordo com o serviço que se propõem prestar.

Dotar o quiosque de equipamentos que permitam assegurar a separação dos resíduos na origem permitindo a recolha seletiva de vidro, embalagens e papel.

2. Declaração de Aceitação (de acordo com o anexo I do Código dos Contratos Públicos)

1 – Paulo Jorge Almeida Arede, 206 182 872, Rua da Escola N.º 194 2.º Esq. 3750-308 Águeda tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de atribuição de direito de exploração do quiosque da Praça Dr. António Breda em Águeda declara, sob compromisso de honra, que se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executará o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo:

a) Memória descritiva e justificativa da Propostas de Exploração;

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que:

- a) Não se encontra em estado de insolvência, em fase de liquidação, dissolução ou cessação de atividade, sujeita a qualquer meio preventivo de liquidação de patrimónios ou em qualquer situação análoga, nem tem o respectivo processo pendente;
- b) Não foi condenado por sentença transitada em julgado por qualquer crime que afecte a sua honorabilidade profissional;
- c) Não foi objecto de aplicação de sanção administrativa por falta grave em matéria profissional;
- d) Tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal;
- e) Tem a sua situação regularizada relativamente a impostos devidos em Portugal;
- f) Não foi objeto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea e) do n.º 1 do artigo 21.º do Decreto -Lei n.º 433/82, de 27 de outubro, na alínea b) do n.º 1 do artigo 71.º da Lei n.º 19/2012, de 8 de maio, e no n.º 1 do artigo 460.º do presente Código;
- g) Não foi objecto de aplicação da sanção acessória prevista na alínea b) do n.º 1 do artigo 627.º do Código do Trabalho;
- h) Não foi objecto de aplicação, há menos de dois anos, de sanção administrativa ou judicial pela utilização ao seu serviço de mão -de -obra legalmente sujeita ao pagamento de impostos e contribuições para a segurança social, não declarada nos termos das normas que imponham essa obrigação, em Portugal;
- i) Não foi condenado por sentença transitada em julgado por algum dos seguintes crimes:
 - i. Participação em atividades de uma organização criminosa, tal como definida no n.º 1 do artigo 2.º da Ação Comum n.º 98/773/JAI, do Conselho;
 - ii. Corrupção, na acepção do artigo 3.º do Ato do Conselho de 26 de Maio de 1997 e do n.º 1 do artigo 3.º da Ação Comum n.º 98/742/JAI, do Conselho;
 - iii. Fraude, na acepção do artigo 1.º da Convenção relativa à Protecção dos Interesses Financeiros das Comunidades Europeias;
 - iv. Branqueamento de capitais, na acepção do artigo 1.º da Diretiva n.º 91/308/CEE, do Conselho, de 10 de Junho, relativa à prevenção da utilização do sistema financeiro para efeitos de branqueamento de capitais;
- j) Não prestou, a qualquer título, direta ou indiretamente, assessoria ou apoio técnico na preparação e elaboração das peças do procedimento que lhe confira vantagem que falseie as condições normais de concorrência

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contra -ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga -se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar a declaração que constitui o anexo II do referido Código, bem como os documentos comprovativos de que se encontra nas situações previstas nas alíneas *b)*, *d)*, *e)* e *i)* do n.º 4 desta declaração.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contra - ordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adoptado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

Águeda, 29 de Julho de 2013
